



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**  
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 21 DE SETEMBRO DE 2013

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Estão abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão de Administração Pública, solicitada pelo Requerimento 15/2013, do Vereador Mario Covas Neto, aprovado na reunião ordinária de 10 de abril, sobre o PL 415/12, de autoria do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020. Esta é a sétima audiência pública. Ela está sendo publicada no DOC desde o início do mês de setembro. Também foi publicada no *Diário de S. Paulo* e na *Folha de S. Paulo* do dia 20.

Foram convidadas as secretarias Municipal de Educação, Dr. Antônio Galegari, e Estadual de Educação, Dr. Hermann Jacobus; a subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado, Sra. Roseanea Morroni, vários promotores públicos ligados à educação, a OAB, diretores de ensino do Município de São Paulo – praticamente todas as diretorias -, os conselhos, os sindicatos, as associações, todos os vereadores e os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Um breve relato. Estamos discutindo o Plano. Há algumas ações em paralelo sendo discutidas. O Executivo está discutindo o Plano Vai São Paulo. Existe também o resultado da Conferência Municipal de Educação, que também pode ser aproveitado. Nossa ideia é pegar as principais ideias, relatar o projeto e encaminhá-lo para a Comissão de Educação para que ali ele seja finalizado e tenhamos o melhor para a educação de São Paulo.

Agradeço, de início, a Sra. Eliana Tavares, que é coordenadora do Núcleo Cultural do CEU Cidade Dutra, e a Sra. Adriana Akahoma (?), gestora do CEU Cidade Dutra. Muito obrigado pela cessão das instalações.

A palavra está aberta. (Pausa)

**A SRA. ANA** - Sou servidora da Casa, mas também sou munícipe. Na audiência pública da semana passada, o Vereador Toninho Vespoli tocou no assunto da carga exaustiva dos professores. Acho que isso tinha de ser revisto e ser colocado. Se não é um ponto – rapidamente olhando o projeto eu não vi - , isso deveria ser revisto. Lembro que, quando

estudava, eu tinha um professor que dava aula em três turnos. Como fazia o turno da manhã, a aula era muito boa; mas ele estava cansado no turno da noite, então o aproveitamento não era o mesmo. A carga deles é exaustiva, muito exaustiva. Fazer um professor trabalhar três turnos porque recebem remuneração que não condiz com o tanto que eles trabalham é desumano.

Agora, um pouco mais velha, vejo a importância da qualidade de um bom estudo. Talvez eu tivesse aproveitado melhor eu teria feito muito mais coisas ao longo da minha vida. Então, é importante que nós, enquanto alunos... Esse é outro ponto que o senhor falou, Vereador Coronel Camilo, de se chamar a população, de haver mais ênfase, de ser feita uma comunicação melhor. São duas partes. O Plano de Metas não tem sentido se as partes que a compõem não estiverem comprometidas em alcançá-las. E isso são os alunos, os pais, os mestres,

Pensar na carga exaustiva dos professores é um ponto muito importante. Ninguém consegue ter o mesmo nível de produtividade se tiver de trabalhar 12 horas por dia, que é o que infelizmente acontece com a maioria dos professores. Além da aula, precisam preparar e corrigir provas, preparar a aula do dia seguinte; enfim, é bem exaustivo.

Estou pensando nisso desde a semana passada, quando ouvi o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Agradeço, Ana, e vou fazer o mesmo comentário que já fiz em audiência pública: a educação é por onde iremos mudar este País; precisamos trabalhar forte na educação. Falo também como muita consciência. Sou professor universitário há muito tempo, mas acho que quem deveria ser mais valorizado – todos deveriam ganhar bem – neste momento é o professor que está nos primeiros seis anos do ensino fundamental, que está ensinado a criança a entender um pouco a vida, complementando aquilo que ensinou a família. Ou dando a primeira noção dos valores morais, éticos, de cidadania. Esse professor deve ser bem pago e, para isso, ele precisa daquilo que falou Ana. Vamos relatar dessa forma: a importância do nosso professor ganhar bem e ter um

tempo extra curricular para preparar as aulas e as provas. E, com certeza, não fazer tantos turnos como se faz, infelizmente. Isso só iremos conseguir se pagarmos melhor.

O jovem bem educado, o cidadão que acaba sendo bem educado, ele traz menor possibilidade futura de se envolver em problemas policiais, em problemas de saúde. Ele terá mais higiene. Com mais facilidade irá se relacionar e conseguirá empregos. Então, tudo melhora com a educação. Precisamos investir.

Meu sonho é voltar a ter os alunos do fundamental e do ensino médio querendo ser professores, como eu quis ser quando terminei o professor quando terminei o primário. Sou um pouco mais antigo que os presentes e fiz o primário e o ginásio, de onde saíamos querendo ser professor. Lembro que as profissões mais desejadas eram professor e policial; hoje, as pessoas as evitam.

Muito bem colocado. Isso será incluído no relatório.

Para finalizar, precisamos pensar em todos os atores da educação: funcionários, professores, pais e a comunidade local, onde está inserida a escola; mas nunca devemos perder de vista que o foco da educação é o aluno, aquela criança, aquele jovem que está ali para acreditar. Se tudo for melhorado, com esse foco, acredito que vamos ter uma educação melhor, não só na Cidade, como também no Estado e no País. Vamos mudar esse Brasil. Há exemplos, no mundo, de pessoas que investiram pesadamente na Educação, e hoje há países que ocupam lugares de destaque no cenário mundial.

Tem a palavra o Sr. Marcelo, Diretor Regional de Educação.

**O SR. MARCELO** – Concordo com a fala da colega. Lembro que, nos últimos anos, temos tido um esforço, e a prioridade da gestão deste Governo é a Educação, tanto que estamos fazendo um plano para a mudança de organização da escola. Trabalhei numa comissão que organizava a grade do professor e a sua composição de jornada. Como isso ainda não foi divulgada oficialmente, pelo próprio plano, a ideia é que tenhamos, na escola, ampliação para a escola integral. Dentre desse trabalho, há projetos e a participação do

professor. Queremos que essa participação seja ampliada. Estamos propondo duas coisas que devem ajudar aí. Na composição da jornada do professor, queremos que façam parte os projetos, as orientações e as recuperação paralela, para que o profissional tenha uma remuneração melhor para sua atividade.

Também estamos propondo a regência compartilhada na transição de séries, onde há a experiência do pedagogo ou do professor formado em magistério, trabalhando com os outros profissionais, chamados de especialistas. Sou professor há 22 anos e gostaria de ganhar muito mais. Se fizermos uma análise da evolução de salários, na cidade de São Paulo, veremos que estávamos bem atrás de outras cidades do nosso País. Mesmo falando dos últimos anos, não apenas da última gestão, temos tido uma evolução salarial que é uma das maiores do País. Se pensarmos no que ganhávamos, não era o ideal. Gostaria se ganhássemos muito mais. Seria bom para mim, porque estou dirigente regional, mas sou professor. Então, entendemos que existe a necessidade de um reajuste e tudo mais, mas as coisas têm de ser integradas na questão do aluno. É isso que estamos tentando fazer. Estamos integrando uma jornada melhor para o professor, baseada num projeto para o aluno, que está pautado na pedagogia de projetos e no conhecimento, como direito de alunos. A população está cansada de um discurso que diz que a escola é melhor e de um aluno que não sabe escrever nem ler. Daí a política de alfabetização na idade certa. Até os oito anos, é um direito de a criança ler e escrever. Quando falamos de democracia e forma de organização da escola, se isso não se resulta em alguma coisa boa para o nosso aluno, no nosso ver, isso não faz sentido. Então, reafirmo que o nosso salário precisa melhorar muito, antes que eu me aposente. Precisamos entender que alguma coisa está sendo feita.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Parabéns pela sua fala, Prof. Marcelo, focando o aluno. É isso que gostaríamos de ver sempre.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, presente em todas as nossas

audiências. Parabéns pela sua participação.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e do Fórum Municipal de Educação. Estamos fazendo uma caravana, acompanhando a Comissão de Educação. Estamos aproveitando a oportunidade para visitar os CEUs.

Nobres Vereadores Coronel Camilo e Floriano Pesaro, há uma dificuldade enorme da mobilização, porque tentamos mobilizar crianças, mas parece que os fóruns da criança não discutem a questão da Educação e os fóruns de Educação não discutem direitos das crianças. Então, mesmo com essa mobilização, fica difícil vermos a participação de pais e crianças. De qualquer forma, estou chamando atenção que é importante colocarmos, no Plano Municipal de Educação, garantias efetivas de gestão democrática, porque a prática que temos tido e identificado, ao longo dos anos, tanto na rede municipal quanto na rede estadual, inclusive em outros Estados, é que está, no papel, a gestão democrática, mas, na hora de se eleger um conselho de escola e na hora de abrir a escola para a comunidade, é a maior dificuldade. Então, nas diversas audiências em que participamos, chegamos a entregar um documento, destacando, pelo menos, alguns pontos de interesse de participação.

Fizemos uma sugestão em outras audiências. Talvez o dia do conselho de escola seja uma data meramente comemorativa, mas a sugestão é que, ao longo do primeiro mês do início das aulas, seja feita uma ampla discussão dos conselhos de escola, como se dá a participação, e, no último sábado de fevereiro, faríamos talvez até uma eleição unificada num só dia. Já houve esse exemplo na cidade de Ribeirão Preto. Lá houve uma mobilização do Ministério Público, da diretoria de ensino, da OAB, da rádio e da TV local. Inclusive houve até uma surpresa. As próprias escolas particulares, que não têm essa prática de conselho de escola, entraram em contato com a rede, perguntando como seria feito esse trabalho. Fizeram então uma eleição do conselho de escola num dia único. É lógico que a escola tem autonomia para fazer essa eleição no dia mais conveniente, mas a sugestão de haver um dia específico e

fazermos uma discussão, ao longo do mês, é até para falarmos da questão de direitos e deveres. Falam muito que pais de alunos não conhecem seus deveres, mas é raro a escola pública entregar, no primeiro dia de aula, o regimento da escola, nem que seja a sua síntese, dizendo quais são os direitos e deveres. Depois, ao longo do ano inteiro, cobram participação e responsabilidade dos pais, mas a própria escola não divulgou informações e não fez mobilização. Essa é a minha sugestão para a Comissão de Educação e para o Plano Municipal de Educação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Todos precisamos pensar sobre isso. O Sr. Mauro citou um ponto importante. Estávamos discutindo isso um pouco antes dessa audiência. Falo que, não só na Educação, mas em todos os lugares, precisamos melhorar a comunicação do Poder Público, seja no seu público interno, comunicando professores, alunos e funcionários, seja no âmbito externo, para a comunidade local, pais e para os próprios alunos, para que todos entendam esse bom trabalho que a Educação faz para todos.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Muito obrigado, nobre Vereador Coronel Camilo, Presidente desta Comissão e relator do projeto de lei. Agradeço também a Comissão de Administração Pública, presidida pelo nobre Vereador Gilson Barreto. Sou Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Estamos na fase em que discutimos os pontos mais voltados à questão administrativa da reforma que está se propondo nesse plano municipal.

É bom lembrarmos que o plano municipal é uma exigência constitucional. Está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O trabalho precisa ser concluído, mas está atrasado. Agora, mais recentemente, diante da fraca mobilização que vimos em torno dessa discussão, na Comissão de Administração Pública - nem sequer chegou ainda à Comissão de Educação - percebemos que o Governo já está trabalhando com outro plano, apelidado de “Mais

Educação”. Aparentemente o Governo retirará esse projeto de lei e apresentará um outro. Como ainda são informações de bastidores, porque o Sr. Secretário Callegari nem confirma nem nega a informação, estamos numa situação, nesse momento, de cumprir a nossa responsabilidade, discutir, da forma mais ampla possível, esse projeto de lei de número 415/12, que tem tramitação, nesta Casa, há mais de um ano. A ideia é concluirmos essas audiências públicas - essa é a penúltima - enviarmos o projeto para a Educação e a Educação aproveitar tudo aquilo que já foi discutida nas audiências da Administração e organizar um calendário relativamente breve de audiências públicas da Educação, algo como “Mais Quatro”, por exemplo, ou “Mais Cinco”, uma por região, tentando usar dois finais de semana para fazer isso. Em seguida, com o relatório da Administração e mais o relatório da Educação, podemos fazer o projeto ser votado no plenário ou retirado pelo Executivo.

Assino embaixo do que o nobre Vereador Coronel Camilo já nos expôs e o que a plateia nos traz. Sabemos hoje quais são os nossos maiores desafios e as maiores dificuldades, onde conseguimos a superação e onde ainda não conseguimos chegar. Então, o rumo está dado e está claro. Há muitas possibilidades de comparação com outros sistemas hoje, graças às avaliações nacionais criadas pelo INEP e mesmo internamente na nossa Cidade, com as avaliações criadas pelo IDEB, e na gestão passada.

Então, é um grande desafio de todos nós, não só do Poder Legislativo e do Poder Executivo, como também de toda a sociedade. A educação dos nossos filhos está nas nossas mãos e nas mãos dos nossos professores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Coronel Camilo, pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Muito obrigado, nobre Vereador Floriano Pesaro, um dos grandes conhecedores da legislação e da Educação. Participou da comissão e vai, com certeza, agregar valor quando esse projeto chegar na Comissão de Educação. Oficialmente, esse é o projeto que está sendo discutido. Por isso que suas audiências não



foram interrompidas em nenhum momento. Será dado o circuito pela capital toda, no dia 5 de outubro, em Aricanduva. Será a última audiência pública e todos estão convidados a participar.

Mais uma vez, agradeço as Sras. Eliane e Adriana, do CEU Cidade Dutra, pela cessão do espaço. Contem, sempre conosco, na Câmara Municipal de São Paulo, comigo, com o Vereador Floriano e com todos os Vereadores de lá para que façamos melhor pela Cidade de São Paulo.

**O SR. ARNALDO** – Bom dia a todos. Eu sou professor da rede municipal, supervisor aposentado e represento o Sindicato dos Professores Municipais de São Paulo. O nosso empenho e esforço em defesa da construção do Plano Municipal já vem de longo tempo. Participamos da Comissão Executiva e a discussão ficou parada por algum tempo, um reduzido grupo de pessoas acompanhou, insistiu, chegou a ir ao Ministério Público para que os trabalhos prosseguissem e para que o resultado da discussão da Conferência de 2010 pudesse chegar a tempo. Do jeito que as coisas estão, parecem um pouco paradas ainda, apesar de o projeto estar na Câmara.

Os esforços hoje daqueles que continuam lutando para a concretização do Plano, a transformação dele efetivamente em lei, continua. Infelizmente, as audiências públicas têm sido reduzidas, com datas muito alteradas, e isso tem dificultado a participação das pessoas. Inclusive, com a demora na divulgação, no chamamento, na disseminação dessas ideias na própria rede municipal.

Nossos esforços agora se concentram no Fórum Municipal da Educação para que isso faça parte da agenda permanente também. O objetivo é que tudo o que for pertinente para se alterar no projeto de lei que ali está, seja feito porque há falhas que os colegas apontaram em outras reuniões, inclusive, com relação ao Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** - Para que todos entendam porque esse Plano está sendo discutido, vem desde 2000, era para entrar em vigor em 2011. Eu não estava nesta Casa naquele momento, mas pelo que temos notícia houve uma série de impugnações

na Justiça que fez com que demorasse um pouco para chegar. Quando chegou à Câmara Municipal, desde o ano passado, tem se dado a celeridade para que seja feito.

A Comissão o resgatou agora e falo isso com muito conhecimento, criou as audiências públicas e foram solicitadas pelos professores e sindicatos 15 audiências públicas. Nós reduzimos para oito, já haviam sido feitas três e foram preciso mais cinco, uma em cada local da cidade, para permitir uma em cada zona. Isso termina agora no dia cinco. A nossa ideia é dar a maior celeridade possível.

Noventa por cento funcionando é melhor do que 100% interminável. Todo o Plano nasce morto, ou seja, a partir do momento em que pego o meu planejamento e coloco no papel ele começa a ficar defasado. Solicito a todos que deixem o Plano ser terminado, coloquem em execução, estabeleçam períodos mais breves para fazer a avaliação se não ficaremos eternamente discutindo o Plano. Estamos atrasados em três anos. Hoje, temos tecnologia e muitas facilidades por isso podemos fazer tudo com maior rapidez.

**O SR. MAURO** – Sou do Movimento da Comunidade de Olho na Escola Pública. Foi citada pelo Vereador Floriano Pesaro essa proposta que está circulando do Mais Educação, inclusive já acontecerem três audiências, e é importante destacar que aquilo lá não é plano, não é projeto, não é nada, é um rascunho, uma minuta que não tem pé nem cabeça, não tem assinatura. Na verdade, o que estão tentando fazer é destruir a proposta do Paulo Freire e do Mário Sergio Portela, que é a questão da proposta de ciclos e da progressão continuada.

Estão fazendo uma propaganda com o dinheiro público, dizendo que os pais é que estão pedindo nota, punição de casa, reprovação e um monte de coisas. Só que temos um histórico de 80 pesquisas, tanto nacionais, quanto internacionais, mostrando que com a reprovação escolar o aluno aprende menos.

Quando tínhamos reprovação automática, do primeiro para o segundo ano, 50% das crianças reprovavam. Então, o livro mais vendido no Brasil era aquela cartilha *Caminho*

*Suave*, que vendia 30 milhões de exemplares. Era o livro mais lido e menos aprendido do Brasil. Talvez se rivalizasse até com a própria *Bíblia*.

O Prefeito Haddad foi eleito, ninguém vai rebater, eleição é só de quatro em quatro anos. Mas, o Secretário não vem para o debate dessa proposta, os técnicos que vêm não divulgam. Há uma questão também que os professores têm de ficar atentos porque estão dizendo que vai ter o professor generalista, professor de projetos, dupla regência em sala de aula e nada disso está explicado e é para o ano que vem.

Tem um Plano que foi discutido em 1999, depois tiveram outras ao longo do ano de 2010 e 2011, agora, apresentaram uma proposta que ninguém assina embaixo, que não possui uma fundamentação teórica. O Vereador Pesaro falou da questão da avaliação externa. Nessa proposta do Plano estamos consagrando o Aprova São Paulo, mas o Prefeito e o Secretário disseram que vão acabar como o Aprova São Paulo, mas dizem que vai ter avaliação externa. Só que o IDEB não é suficiente porque é um avaliador estatístico, seleciona algumas escolas e sabemos que aqui em São Paulo de um bairro para outro, de uma rua para outra, há realidades completamente diferentes umas das outras. Não dá para simplesmente fazer um mapeamento por sorteio.

Gostaria de chamar a atenção da Casa, porque vai afetar essa questão da infraestrutura. Estão querendo colocar ampliação em período integral, mudar talvez até a carreira do magistério. Então, a Administração Pública tem de convocar o Secretário para dar explicações. A Comissão de Educação tem de convocar, e não é para fazer palestra, é para dar explicações porque geralmente o Secretário vem, faz uma palestra de 30 minutos e dá no pé. E quando o pessoal faz um questionamento, o Secretário reclama dizendo que o pessoal é mal educado. Num espaço de educação, numa Casa política como a Câmara Municipal, não aceitar o debate é a falta de educação do Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – É importante a sua observação. Tem que ter o comprometimento de todos. Também estranhei que desde as primeiras audiências não

vem nenhum representante da educação municipal e é o Plano Municipal. Alguém da Educação deveria estar presente para discutirmos isso. O que oficialmente existe de plano de educação foi discutido e é esse que está aqui. Esse é o plano de educação que vocês discutiram lá atrás. É isso que acho que tem de ir para frente e se colocar em prática. Podemos corrigir depois, mas isso tem de funcionar. Essas mudanças que vejo nesse novo projeto são muito radicais, precisam ser melhor estudadas pelos próprios professores e por quem é da Educação.

Tem a palavra o Sr. Arnaldo, da Profem.

**O SR. ARNALDO** – Ao projeto de lei que veio à Câmara Municipal, pelo menos a informação que temos é que o projeto se fez acompanhar de um documento chamado anexo. Nesse documento constam diversas temas, reivindicações, conclusão de eixos da conferência que sequer foram discutidos na própria conferência. Deve haver ali indicadores muito bons para serem apreciados e talvez até o PL possa ter um substitutivo.

Esse anexo vem sendo citado nas nossas participações, pelo menos, aqueles que restaram da comissão executiva porque vimos o processo todo e o que foi discutido e o que não foi.

**O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo)** – Vou fazer essa observação constar do relatório e sugiro até que volte para a Comissão de Educação. Foi citado na outra audiência que alguns itens discutidos na Conferência Municipal não constariam e outros que não foram discutidos constam. Até para analisar se é bom, se deve permanecer, ou se deve ser retirado. Não deixem de vir nas outras audiências e não deixem de participar quando a discussão estiver em quem realmente vai definir, que é a Comissão de Educação.

Nós só conseguimos exercer de fato a nossa cidadania, participando. Não adianta depois que o plano sair e for publicado ficarmos criticando se não participarmos. Convido para que todos participem da última audiência pública de discussão do Plano de Educação.

Estão encerrados os trabalhos.



